



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO TRABALHO
SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA – 1ª ETAPA – 22 de março de 2015

Bloco I (Questões de 01 a 30) – Direito Individual e Coletivo do Trabalho, Direito Administrativo e Direito Penal;

Bloco II (Questões de 31 a 80) – Direito Processual do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Civil e Direito da Criança e do Adolescente;

Bloco III (Questões de 81 a 100) – Direito Processual Civil, Direito Internacional e Comunitário, Direito Previdenciário e Direito Empresarial.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 100 (cem) questões.
2. Confira se o seu caderno está completo, solicitando outro aos fiscais, caso necessário.
3. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
4. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
5. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
6. Durante a realização da prova não será permitido: qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito; o uso de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações e o porte de arma.
7. Reputar-se-ão erradas as questões que contenham mais de uma resposta e as rasuradas, ainda que inteligíveis.
8. Não haverá substituição da Folha de Respostas.
9. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular, “pager” ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive “palms” ou similares e relógio digital. O candidato deverá desligá-los e entregá-los ao fiscal de sala.
10. A prova terá duração de 05 (cinco) horas.
11. Os 2 últimos candidatos, que permanecerem na sala, deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então deixarem juntos o local.
12. Não será permitido ao candidato fumar durante a realização da prova de acordo com a Lei Estadual nº 13.541, de 07 de maio de 2009.
13. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

COMISSÃO DO CONCURSO

Titulares

Desembargadora Silvia Regina Pondé Galvão Devonald - Presidente da Comissão

Desembargador Wilson Fernandes

Advogado Ari Possidonio Beltran - Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA

Titulares

Desembargador Sidnei Alves Teixeira – Presidente da Comissão

Juiz Maurício Miguel Abou Assali

Advogado Eli Alves da Silva - Representante da OAB

Suplentes

Juiz Fabio Augusto Branda

Luis Fernando Feóla

Advogado Mauricio de Sousa Pessoa - Representante da OAB



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

BLOCO I

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 01 – Sobre o trabalho temporário, à luz da legislação vigente, aponte a alternativa **CORRETA**.

A) Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa para atender, tão somente, à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente; sendo nula de pleno direito qualquer cláusula de reserva proibindo a contratação do trabalhador pela empresa tomadora ou cliente ao fim do prazo em que tenha sido colocado à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.

B) Compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos; devendo fazer prova de que possui capital social de no mínimo quinhentas vezes o valor do maior salário mínimo vigente.

C) O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviço ou cliente deverá ser obrigatoriamente escrito e dele deverá constar, expressamente, o motivo justificador da demanda de trabalho temporário, assim como as modalidades de remuneração da prestação de serviço. Na hipótese de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora ou cliente é solidariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens, assim como em referência ao mesmo período, pela remuneração e indenização previstas na Lei respectiva.

D) O contrato de trabalho celebrado entre empresa de trabalho temporário e cada um dos assalariados colocados à disposição de uma empresa tomadora ou cliente será, obrigatoriamente, escrito e dele deverão constar, expressamente, os direitos conferidos aos trabalhadores pela Lei que regula o trabalho temporário. Por sua vez, o contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de seis meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho.

E) É lícito tanto ao trabalhador pleitear a ruptura indireta do contato de trabalho temporário junto à empresa que o contratou ou onde estiver prestando serviço; bem como às empresas de prestação



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

de serviço temporário a contratação de estrangeiros com visto provisório de permanência no Brasil.

QUESTÃO 02 – Sobre o trabalho rural, à luz da legislação vigente, analise as seguintes proposições:

I – Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. Por sua vez, considera-se empregador rural a pessoa jurídica que explore atividade agroeconômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por meio de prepostos e com auxílio de empregados, salvo quando o empregador explore atividade industrial em estabelecimento agrário.

II – Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.

III – Durante o prazo do aviso prévio, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, o empregado rural terá direito a um dia por semana, sem prejuízo do salário integral, para procurar outro trabalho.

IV – Em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação observados os usos e costumes da região, não se computando este intervalo na duração do trabalho. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.

V – Considera-se trabalho noturno o executado entre as vinte e uma horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte, na lavoura; e entre as vinte horas de um dia e as quatro horas do dia seguinte, na atividade pecuária.

Responda:

- A) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- B) Somente as proposições I e II estão incorretas.
- C) Somente as proposições II e V estão corretas.
- D) Somente as proposições III e V estão incorretas.
- E) Somente as proposições III e IV estão incorretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

QUESTÃO 03 – Sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições:

I – Quando prorrogado mais de uma vez, de modo tácito ou expresso, passará a vigorar sem determinação de prazo.

II – É lícito ao empregador contratar diretamente trabalhador temporário, mediante autorização do Ministério do Trabalho e Emprego, tão somente nas hipóteses previstas em lei.

III – O contrato de aprendizagem firmado com portador de deficiência não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, por ser incompatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico.

IV – Se contiver cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão, o empregador que pretender extinguir o contrato antes de expirado o prazo ajustado, deverá indenizar o empregado, por metade, do valor integral da remuneração a que teria direito até o termo do pacto.

V – A gestante e o empregado que foi vítima de acidente do trabalho gozam de garantia provisória de emprego – aquela nos termos do art. 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e este consoante o art. 118, da Lei nº 8.213/91.

Responda:

- A) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- B) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições III e V estão incorretas.
- D) Somente as proposições II e III estão corretas.
- E) Somente as proposições I e V estão corretas.

QUESTÃO 04 – Com base nas seguintes proposições, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, **CONSIDERA-SE** salário *in natura*:

I – Vestuário, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, pela prestação do serviço.

II – Transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público.

III – Assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde, seguros de vida e de acidentes pessoais e previdência privada.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

IV – Em se tratando de trabalhador rural, salvo as hipóteses de autorização legal ou decisão judicial, tão somente o fornecimento de moradia e alimentação sadia e farta, nos percentuais de até 20% e 25%, respectivamente, incidentes sobre o salário mínimo.

V – Habitação, energia elétrica e veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho; e no caso do veículo, irrelevante se utilizado pelo empregado também para fins particulares.

Responda:

- A) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- B) Somente as proposições II e III estão corretas.
- C) Somente as proposições IV e V estão incorretas.
- D) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- E) Somente as proposições IV e V estão corretas.

QUESTÃO 05 – Em se tratando de bancário e financeiro, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições:

I – Os empregados de estabelecimento de crédito pertencentes a categorias profissionais diferenciadas não se beneficiam do regime legal relativo aos bancários, à exceção da secretária.

II – As empresas de crédito, financiamento ou investimento, também denominadas financeiras, não se equiparam aos estabelecimentos bancários, tanto para os efeitos do art. 224, da CLT, quanto para aplicação das regras previstas nos instrumentos normativos dessa categoria.

III – A contratação de serviço suplementar, quando da admissão de trabalhador bancário, é nula. Na hipótese de pré-contratação de horas extras, opera-se a prescrição parcial, independentemente da data em que foram suprimidas, porquanto consubstancia parcela de trato sucessivo.

IV – Em referência ao gerente-geral de agência bancária, presume-se o exercício de encargo de gestão, aplicando-se-lhe o art. 62, da CLT. Entretanto, em razão da presunção gerada, a descaracterização desse preceito legal implica imediata subsunção aos termos do art. 224, § 2º, do Texto Consolidado.

V – Integra a remuneração do bancário a vantagem pecuniária por ele auferida na colocação ou na venda de papéis ou valores mobiliários de empresas pertencentes ao mesmo grupo



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

econômico, se exercida essa atividade no horário e no local de trabalho e, ainda, independente do consentimento do banco empregador.

Responda:

- A) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
- B) Somente as preposições I, II estão incorretas.
- C) Somente as proposições I, VI e V estão corretas.
- D) Todas as preposições estão corretas.
- E) Todas as preposições estão incorretas.

QUESTÃO 06 – Sobre a jornada de trabalho, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) O trabalho extraordinário habitual descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Assim, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extras e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais tão somente o adicional por trabalho extraordinário.
- B) É lícito ao empregador substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.
- C) A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho, independentemente de ajuste entre as partes.
- D) Descaracteriza-se o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas previsto no art. 7º, XIV, da CF, quando há interrupção do trabalho destinado a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou intervalo para repouso semanal.
- E) A previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a redução do intervalo intrajornada é lícita, mormente porque a Constituição Federal homenageou a autonomia privada coletiva.

QUESTÃO 07 – Dentre os institutos de proteção ao salário, à luz da doutrina majoritária, qual das alternativas **NÃO** representa uma forma de proteção:

- A) Quando o salário for ajustado por empreitada, ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

normal.

B) Quando o salário mínimo mensal do empregado remunerado por comissão ou que tenha direito à percentagem for integrado por parte fixa e parte variável, ser-lhe-á sempre garantido o salário mínimo, vedado qualquer desconto em mês subsequente a título de compensação.

C) Os empregados poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos até o limite de quarenta por cento.

D) Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativo-associativa de seus trabalhadores, em seu benefício e de seus dependentes, não afrontam o disposto no art. 462, da CLT, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.

E) A cessação das relações de trabalho não prejudica o recebimento das comissões devidas por transações já ultimadas, ainda que se trate de prestações sucessivas.

QUESTÃO 08 – Sobre os institutos da prescrição e decadência no Direito do Trabalho, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **INCORRETA**.

A) Contra o trabalhador menor de 18 anos, não corre nenhum prazo de prescrição, salvo a partir dos 16 anos de idade se, em razão de relação de emprego, tenha economia própria.

B) Pretensão visando diferenças salariais decorrentes do desrespeito a critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários, se sujeita à prescrição parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova a cada mês.

C) A transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime.

D) O prazo de decadência do direito do empregador de ajuizar inquérito em face do empregado, que incorre em abandono de emprego, é contado a partir do momento que o empregado pretendeu seu retorno ao serviço.

E) O deferimento do processamento da recuperação judicial implica suspensão do prazo



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

prescricional até o limite máximo de 180 dias, findo o qual esse prazo voltará a fluir.

QUESTÃO 09 – Sobre o estágio, à luz da legislação vigente, analise as seguintes proposições:

I – Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando instituições, exceto de ensino médio regular.

II – As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, sempre poderão ser equiparadas ao estágio.

III – A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar os limites de 04 horas diárias e 20 semanais ou 06 horas diárias e 30 semanais, conforme o caso.

IV – O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, em quaisquer períodos, nunca poderão impor jornada superior a 30 horas semanais, sob pena de caracterização do vínculo de emprego e todos os direitos decorrentes desse tipo de relação.

V – É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares; e para estágios com duração inferior a 1 (um) ano, os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional.

Responda:

- A) Somente as proposições I e IV estão incorretas.
- B) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- C) Somente as proposições II, III e V estão incorretas.
- D) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- E) Somente as proposições III e V estão corretas.

QUESTÃO 10 – A empresa Alfa & Delta Produções Gráficas adquiriu o fundo de comércio, instalações e maquinário da empresa Lambda Serviços Impressos; atuando no mesmo endereço, nas mesmas atividades e utilizando-se dos serviços dos mesmos empregados. Os quadros societários das duas empresas eram distintos. Em relação aos contratos de trabalho dos empregados, é **CORRETO** afirmar que:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- A) Serão automaticamente extintos, fazendo surgir novas relações contratuais, visto que não houve sucessão.
- B) Houve sucessão e ocorre a terminação ficta de contratos trabalhistas, isto é, as obrigações trabalhistas anteriores recairão sobre a empresa sucedida, e as posteriores sobre a sucessora.
- C) As cláusulas e condições estabelecidas no contrato de trabalho serão obrigatoriamente repactuadas entre os empregados e o novo empregador, visto que os quadros societários são distintos.
- D) A transferência de obrigações trabalhistas dependerá das condições em que a aquisição empresarial foi pactuada, visto que ficou caracterizada a formação de grupo econômico.
- E) Houve sucessão de empregadores e os contratos manter-se-ão inalterados, seguindo o seu curso normal.

QUESTÃO 11 – Admitindo-se a natureza contratual da relação de emprego e considerando-se que o contrato de trabalho é sinalagmático, resta evidente que os sujeitos – empregado e empregador – estão ligados entre si por vínculo obrigacional recíproco, sendo credores e devedores entre si, ao mesmo tempo. Nesse sentido, à luz da doutrina e da legislação vigente, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) O filho não poderá ser considerado empregado do pai em razão do grau de parentesco, ainda que presentes os requisitos caracterizadores da relação de emprego.
- B) Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- C) A instituição sem fins lucrativos que admite, assalaria e dirige a prestação pessoal dos serviços assumindo o risco da atividade, não se equipara ao empregador por falta de previsão legal.
- D) O conteúdo da prestação de serviços é traço decisivo na definição do liame obrigacional de emprego, sendo irrelevante verificar se os serviços são prestados sob a dependência do empregador.
- E) A mãe social é aquela que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares, não mantendo vínculo empregatício com a instituição assistencial para a qual trabalha.

QUESTÃO 12 – Ainda em relação aos sujeitos e características da relação de emprego, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

seguintes proposições:

I – No grupo econômico entre empresas, apenas a empresa principal, empregadora do trabalhador, responderá por seus direitos trabalhistas, não havendo qualquer responsabilidade das demais empresas subordinadas.

II – Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

III – O advogado empregado de banco, pelo simples exercício da advocacia, não exerce cargo de confiança, não se enquadrando, portanto, na hipótese do § 2º do art. 224 da CLT.

IV – Ainda que presentes os requisitos do art. 3º, da CLT, não é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, uma vez que há norma administrativa que proíbe o “bico”, sendo cabível penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.

V – Nos contratos de subempreitada responderá o subempreiteiro pelas obrigações derivadas do contrato de trabalho que celebrar, cabendo, todavia, aos empregados, o direito de reclamação contra o empreiteiro principal pelo inadimplemento daquelas obrigações por parte do primeiro.

Responda:

- A) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
- B) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições I e V estão incorretas.
- D) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- E) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.

QUESTÃO 13 – Zeus, com formação escolar em ensino médio, foi contratado em 5/3/2000 pela empresa Delta para trabalhar como ajudante de prensa na unidade fabril de Santo André/SP, que pertence à região metropolitana da Grande São Paulo. Em 10/4/2010 ele foi promovido para a função de oficial prensador, passando a receber salário mensal de R\$ 1.800,00. Hermes, com diploma em curso universitário, foi contratado pela mesma empresa em 10/5/2011, também para exercer as funções de oficial prensador, na unidade fabril de São Paulo/SP, recebendo salário fixo mensal de R\$ 1.400,00. Thales, com formação escolar em ensino fundamental, ingressou na mesma empresa dez dias após a dispensa de Zeus, ocorrida em 15/11/2011, trabalhando na unidade de Santo André/SP e recebendo salário mensal de R\$ 1.400,00. Os três empregados



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

exerceram suas funções com a mesma produtividade e perfeição técnica. Na presente situação, em relação à equiparação salarial é **CORRETO** afirmar que:

- A) Thales fará jus ao mesmo salário que Zeus porque exerceu as mesmas funções com trabalho de igual valor, mas não haverá equiparação entre Zeus e Hermes porque, embora exercessem a mesma função, laboraram em localidades distintas.
- B) Hermes deve receber o mesmo salário de Zeus em razão da identidade funcional e do trabalho de igual valor para o mesmo empregador na mesma localidade; mas Thales deve continuar com o mesmo salário porque tem menor tempo de empresa em relação aos dois e não houve contemporaneidade com Zeus.
- C) Não haverá equiparação entre Hermes e Zeus porque este é mais antigo na empresa, o que justifica receber maior salário; mas haverá entre Zeus e Thales porque este foi contratado para substituir àquele em suas funções.
- D) A desigualdade salarial entre os três é legal porque há fatos impeditivos de equiparação, a saber: diferença de tempo no emprego, trabalho exercido em localidades distintas e discrepância de nível de escolaridade.
- E) Haverá equiparação salarial entre Hermes e Zeus pela identidade funcional e trabalho de igual valor ao mesmo empregador; bem como, entre Thales e Hermes em razão dos requisitos anteriores e a contemporaneidade do trabalho entre eles.

QUESTÃO 14 – Depois de três anos de serviço prestado à empresa Produções Gama S/A, o empregado Ulysses passou a exercer função de confiança em razão de licença-maternidade da empregada Afrodite. Seis meses após, Afrodite voltou ao trabalho e Ulysses foi revertido ao cargo efetivo anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança. Tal situação:

- A) Não será considerada alteração unilateral, portanto é lícita.
- B) Implicará pagamento suplementar, nunca inferior a 25 % (vinte e cinco por cento) do salário do empregado Ulysses.
- C) Só será regular se houver anuência do empregado Ulysses.
- D) Apenas será possível se não resultar em prejuízo ao empregado Ulysses.
- E) Somente será lícita se decorrer de real necessidade de serviço.

QUESTÃO 15 – Medusa foi admitida na empresa Olimpo S/A em 1º/5/2010, laborando em jornada diária de 08 horas, totalizando 40 horas semanais. Em 17/7/2012, Medusa comunicou o



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

seu desligamento ao seu empregador, prestando serviços até 16/8/2012, inclusive. Usufruiu 30 dias de férias em agosto de 2011, recebendo a remuneração das férias com 1/3. Nessa situação, as verbas e direitos rescisórios devidos e a data de sua quitação são:

A) aviso prévio indenizado; férias integrais com 1/3, de forma simples, do período aquisitivo 2011/2012; 05/12 avos de férias proporcionais com 1/3 do período aquisitivo 2012/2013; 09/12 avos de 13º salário proporcional de 2012; pagamento até 26/9/2012.

B) saldo salarial de 16 dias do mês 08/2012; férias integrais com 1/3, de forma simples, do período aquisitivo 2011/2012; 05/12 avos de férias proporcionais com 1/3 do período aquisitivo 2012/2013; 09/12 avos de 13º salário proporcional de 2012; liberação de guia para sacar o FGTS sem multa rescisória; pagamento até 17/8/2012.

C) saldo salarial de 16 dias do mês 08/2012; férias integrais com 1/3, de forma simples, do período aquisitivo 2011/2012; 04/12 avos de férias proporcionais com 1/3 do período aquisitivo 2012/2013; 08/12 avos de 13º salário proporcional de 2012; pagamento até 17/8/2012.

D) saldo salarial de 16 dias do mês 08/2012; férias integrais com 1/3, de forma simples, do período aquisitivo 2011/2012; 04/12 avos de férias proporcionais com 1/3 do período aquisitivo 2012/2013; 08/12 avos de 13º salário proporcional de 2012; pagamento até 26/8/2012.

E) saldo salarial de 16 dias do mês 08/2012; férias integrais com 1/3, de forma simples, do período aquisitivo 2011/2012; 03/12 avos de férias proporcionais com 1/3 do período aquisitivo 2012/2013; 07/12 avos de 13º salário proporcional de 2012; pagamento até 17/8/2012.

QUESTÃO 16 – A doutrina entende que a estabilidade é espécie do gênero garantia de emprego, que se materializa quando o empregador está impedido, temporária ou definitivamente, de dispensar o empregado sem justo motivo. Sobre o tema, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior de Trabalho, aponte a alternativa **CORRETA**.

A) Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego.

B) O empregado eleito membro da CIPA terá direito à indenização relativa ao período estável na hipótese de extinção do estabelecimento no curso de seu mandato, dado o interesse coletivo do instituto.

C) Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, desde que admitido mediante aprovação em concurso público, será garantida a estabilidade prevista no artigo 41, da



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

Constituição Federal.

- D) O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, assegura-lhe estabilidade provisória.
- E) A admissão mediante contrato por tempo determinado e o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador são causas impeditivas ao direito do pagamento da indenização decorrente da estabilidade provisória prevista na Constituição Federal.

QUESTÃO 17 – À luz da legislação que regulamenta o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) Os contratos de aprendizagem terão a alíquota de recolhimento do FGTS sobre a remuneração reduzida pela metade em relação à alíquota normal sobre a remuneração do empregado.
- B) O recolhimento do FGTS não incidirá sobre o valor da dobra de férias prevista no art. 137, da CLT, da participação nos lucros e resultados e da gratificação natalina dos empregados.
- C) O depósito do FGTS mensal é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho.
- D) O percentual da multa rescisória será de trinta por cento sobre o montante de todos os depósitos realizados quando ocorrer despedida em razão da falência da empresa, por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho.
- E) A conta vinculada poderá ser movimentada quando o trabalhador permanecer por dois anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque ser efetuado a partir do mês do aniversário do titular da conta.

QUESTÃO 18 – Em relação à segurança e medicina do trabalho, insalubridade e periculosidade, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições.

- I – O direito do trabalhador ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, portanto, não há falar em incorporação do adicional ao salário do empregado.
- II – O fornecimento gratuito do equipamento de proteção individual – EPI, com a devida indicação do Certificado de Aprovação do órgão ministerial do trabalho, exime o empregador do pagamento do adicional de insalubridade.
- III – O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

e de horas extras e horas de sobreaviso.

IV – A verificação mediante perícia de prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, não prejudica o pedido de adicional de insalubridade.

V – O adicional de periculosidade incide apenas sobre o salário-base e não sobre este acrescido de outros adicionais. Quanto aos eletricitários, o cálculo do adicional de periculosidade deverá ser efetuado sobre a totalidade das parcelas de natureza salarial.

Responda:

- A) Somente as proposições I e II estão incorretas.
- B) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições II, IV e V estão incorretas.
- D) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- E) Somente as proposições III e IV estão incorretas.

QUESTÃO 19 – Mercúrio trabalhou por 12 (doze) meses na residência de Tamires como seu motorista particular. Cumpriu jornada de 08 horas diárias, com uma hora de intervalo e duas folgas semanais. Foi dispensado sem justa causa, recebendo apenas os salários do período. A empregadora não o incluiu no regime do FGTS. Em relação às verbas contratuais e rescisórias Mercúrio terá direito a:

- A) Aviso prévio, férias de 30 dias com 1/3, 13º salário, depósitos do FGTS com multa de 40%.
- B) Aviso prévio, férias de 30 dias com 1/3 e 13º salário.
- C) Aviso prévio, férias de 30 dias com 1/3, 13º salário e horas extraordinárias.
- D) Férias de 20 dias úteis com 1/3, 13º salário, depósitos do FGTS e multa de 40% e seguro-desemprego.
- E) Aviso prévio, férias de 20 dias úteis com 1/3, 13º salário e seguro-desemprego.

QUESTÃO 20 – Em relação à proteção do trabalho da mulher e do menor, à luz da legislação vigente, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- A) À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade condicionada à apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- B) Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher fará jus a um repouso remunerado de 04 (quatro) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes do afastamento.
- C) Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período de amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.
- D) Quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.
- E) É permitido ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários, mas, em caso de rescisão contratual, é vedado ao menor de 18 (dezoito) anos dar quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida, sem a assistência dos seus responsáveis legais.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

QUESTÃO 21 – Sobre a contribuição sindical, à luz da legislação vigente, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) Será fixada pela diretoria, com aval do conselho fiscal, da entidade sindical profissional, descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.
- B) É vinculada ao exercício efetivo da negociação coletiva e à aprovação em assembleia geral da categoria.
- C) Será recolhida de uma só vez, anualmente e no mês de março, consistindo na importância de 1% do valor do salário de cada empregado.
- D) A empresa que realiza diversas atividades econômicas, sem que nenhuma delas seja preponderante, cada uma dessas atividades será incorporada à respectiva categoria econômica, sendo a contribuição sindical devida à entidade sindical representativa da mesma categoria, procedendo-se igualmente, em relação às correspondentes sucursais, agências ou filiais.
- E) Entende-se por atividade preponderante a que caracterizar a unicidade de produção, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, inclusive das filiais e sucursais, exclusivamente ou não, em regime de conexão funcional, estrutural ou de qualquer outra maneira em que se atinja uma unidade de propósitos empresariais.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

QUESTÃO 22 – Sobre a negociação coletiva, à luz da legislação vigente e jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **CORRETA**.

A) A pessoa jurídica de Direito Público que mantenha empregados, ao contrário do setor privado, não pode conceder aumentos, reajustes ou qualquer outro benefício financeiro a seus trabalhadores, sem prévia autorização legal, o que a impede ser parte passiva de dissídio coletivo de qualquer natureza.

B) É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública e insuscetível de alteração mediante negociação coletiva.

C) Os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento, com jornada de 8 horas, terão direito ao pagamento das 7ª e 8ª horas, como extras, ainda que haja previsão contrária em norma coletiva, por se tratar de matéria de ordem pública, infensa a negociação coletiva.

D) A validade de acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre prescinde da inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.

E) Os reajustes salariais previstos em norma coletiva de trabalho prevalecem frente à legislação superveniente de política salarial, diante do princípio da condição mais favorável.

QUESTÃO 23 – À luz da legislação vigente e da jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições:

I – É lícito o procedimento da arbitragem, tendo por base direitos indisponíveis, no Direito Individual do Trabalho.

II – A mediação e a arbitragem se constituem em método de autocomposição de conflitos e, por sua vez, a jurisdição em modalidade de heterocomposição.

III – É essencial o denominado comum acordo das partes para o ajuizamento de dissídio coletivo econômico e de greve.

IV – Cabe ao Ministério Público do Trabalho atuar, *ex officio* ou a requerimento das partes, como árbitro nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho.

V – A sentença normativa não poderá especificar regras aquém das disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, tampouco as que foram antes convencionadas, eis que se lhe aplica o princípio da ultratividade das normas estabelecidas anteriormente.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

Responda:

- A) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- B) Somente as proposições IV e V estão corretas.
- C) Todas as proposições estão incorretas.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Somente as proposições I e II estão incorretas.

QUESTÃO 24 – À luz da legislação vigente, aponte a alternativa **CORRETA**

- A) Constitui mera infração administrativa o fato de a empresa estar em débito salarial com seus empregados.
- B) A participação em greve interrompe o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas mediante acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.
- C) São consideradas, dentre outros, serviços ou atividades essenciais: assistência médica e hospitalar; serviço de vigilância armada junto a estabelecimentos bancários e transporte coletivo.
- D) Na vigência de acordo e convenção coletiva do trabalho, bem como de sentença normativa, não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição ou, ainda, que seja motivada pela superveniência de fatos novos ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.
- E) No caso de greve e a manutenção da paralisação, mesmo após decisão da Justiça do Trabalho (sentença normativa) ou celebração de acordo ou convenção coletiva de trabalho, é ilícito ao empregador contratar trabalhadores em substituição àqueles que a ela aderiram.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 25 – Sobre a responsabilidade civil do Estado, a Lei nº 10.744/2003, que dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, estabelece o rol de tais eventos correlatos aptos a permitir a indenização pela União. Nas alternativas abaixo, qual delas **NÃO CONSTITUI** evento correlato elencado na lei:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- A) Ato malicioso.
- B) Ato de sabotagem.
- C) Depredação por passageiros.
- D) Distúrbios trabalhistas.
- E) Greve.

QUESTÃO 26 – Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal, regulado pela Lei nº 9.784/99, analise as seguintes proposições:

I – O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado e as atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão, realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

II – O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo e poderão ser recusadas, mediante simples despacho, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas.

III – A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência e, concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

IV – O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis. A desistência ou a renúncia do interessado prejudica o prosseguimento do processo.

V – O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé; no caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

Responda:

- A) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- B) Somente as proposições I e II estão corretas.
- C) Somente as proposições II e III estão incorretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- D) Somente as proposições I e V estão incorretas.
E) Somente as proposições I, III e V estão corretas.

QUESTÃO 27 – Sobre a improbidade administrativa, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) Não estão elencados dentre os sujeitos passivos dos atos de improbidade as empresas incorporadas ao patrimônio público ou entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual.
B) Não são considerados agentes públicos para os fins da lei de improbidade os empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como de entidades beneficiadas por auxílio ou subvenção estatal, admitidos pelo regime da CLT.
C) Constitui-se pressuposto do ato de improbidade que importe enriquecimento ilícito do agente, necessariamente, o prejuízo ao erário.
D) Configura ato de improbidade administrativa adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.
E) Não constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

QUESTÃO 28 – Sobre a invalidação do ato administrativo, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) O exercício do poder-dever da Administração de invalidar atos administrativos ilegais prescinde de assegurar o contraditório e a ampla defesa aos interessados, que terão sua situação modificada em qualquer hipótese.
B) Diante de um ato administrativo ilegal, a Administração pode modular os efeitos da invalidação, de forma a prestigiar a segurança jurídica, ao invés declarar a nulidade com efeito *ex tunc*.
C) Há possibilidade expressa de convalidação de atos administrativos que apresentem defeitos sanáveis, desde que não acarretem lesão ao interesse público, nem prejuízo a terceiros.
D) O poder de autotutela da Administração Pública, orientado pelo interesse público, permite a revogação de atos administrativos vinculados, por motivo de conveniência e oportunidade.
E) A regra da motivação dos atos administrativos, com a indicação de fatos e fundamentos jurídicos, à exceção dos atos vinculados, também é dispensada no reexame de ofício.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

DIREITO PENAL

QUESTÃO 29 – Apolo, gerente comercial da Seguradora Olímpica S/A, empresta determinada quantia em dinheiro para Virgílio, diretor da empresa. Temendo não ser ressarcido pelo valor do empréstimo, Apolo exige como garantia da dívida, abusando da situação, a entrega de documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a esposa de Virgílio. A conduta de Apolo:

- A) Não pode ser tipificada como criminosa, mas apenas desvio de padrão moral.
- B) Caracteriza crime contra a organização do trabalho, visto que cometida no exercício de situação profissional.
- C) Caracteriza crime de extorsão indireta, tipificado no Código Penal.
- D) Não caracteriza crime de extorsão, porque não houve violência ou grave ameaça e o documento não está relacionado à vítima, mas sim a terceiro.
- E) Caracteriza crime de estelionato, porque obteve para si vantagem ilícita em prejuízo alheio.

QUESTÃO 30 – Em relação aos crimes contra a honra previstos na Parte Especial do Código Penal, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) Comete o crime de difamação a pessoa que sabendo que é falsa a imputação a outrem de fato definido como crime a propala ou divulga.
- B) A prova da veracidade do fato ofensivo somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- C) Não podendo o morto ser sujeito passivo de crimes, não há tipificação legal para punição da calúnia contra os mortos.
- D) O conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício, constitui calúnia punível.
- E) No caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria, o juiz não pode deixar de aplicar a pena como hipótese de “perdão judicial”, mas apenas poderá servir como causa atenuante para redução da pena.

BLOCO II

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

QUESTÃO 31 – Em relação à organização e competência da Justiça do Trabalho, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Congresso Nacional.
- B) Um quinto da composição dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho será formado por advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho, com mais de cinco anos de efetivo exercício e os demais, dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, com mais de cinco anos de efetivo exercício.
- C) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho não são da competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Federal, por se tratar de modalidade tributária.
- D) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações ajuizadas por empregados em face de empregadores relativas ao cadastramento no Programa de Integração Social – PIS.
- E) Sendo o empregado viajante, é competente a Vara do Trabalho da localidade onde houve a contratação, salvo se ele estiver imediatamente subordinado a uma filial, caso em que será competente a Vara em cuja jurisdição estiver situada a mesma filial ou o foro do domicílio do empregado.

QUESTÃO 32 – À luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições:

- I – Terá preferência, em todas as fases processuais, o dissídio cuja decisão tiver de ser executada perante o Juízo da falência.
- II – Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do Processo Judiciário do Trabalho previstas na CLT.
- III – O recesso forense e as férias coletivas dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho suspendem os prazos recursais.
- IV – Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

V – Nos dissídios individuais sempre que houver acordo, se de outra forma não for convenionado, o pagamento das custas caberá exclusivamente à reclamada.

Responda:

- A) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- B) Todas as proposições estão corretas.
- C) Somente as proposições III e V estão incorretas.
- D) Somente as proposições IV e V estão corretas.
- E) Somente as proposições I, II e IV estão incorretas.

QUESTÃO 33 – Em relação à forma da reclamação e da notificação nos dissídios individuais trabalhistas que tramitarem pelo procedimento comum, à luz das normas celetistas e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) Ao receber a petição inicial, a secretaria da Vara deve enviar os autos imediatamente ao juiz para verificação do juízo de admissibilidade da ação e exarar o despacho saneador, conforme expressa determinação legal.
- B) Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem, constituindo-se ônus da prova do destinatário o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo.
- C) Recebida e protocolada a reclamação, dentro de 05 (cinco) dias será notificado o reclamado para comparecer em audiência, que será a primeira desimpedida, depois de 15 (quinze) dias.
- D) Não é possível a acumulação num só processo de várias reclamações sem a assistência do ente sindical, ainda que se trate de empregados da mesma empresa ou estabelecimento.
- E) Diante da ampliação da competência material oriunda da EC 45/2004, que trouxe maior complexidade às matérias discutidas na Justiça do Trabalho, a exemplo das ações de indenizações por acidentes de trabalho – responsabilidades decorrentes de terceirização de mão de obra –, não mais se admite a reclamação trabalhista verbal.

QUESTÃO 34 – O trabalhador ajuizou reclamação trabalhista em face de seu empregador postulando reintegração por estabilidade prevista em norma coletiva, cumulada com indenização por danos morais, requerendo o trâmite pelo rito sumaríssimo ante a urgência da tutela jurisdicional. Atribuiu à causa o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Em audiência *una*, o



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

juiz, liminarmente, sem o recebimento da defesa do reclamado, indeferiu a petição inicial por estar desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação, extinguindo o processo sem resolução de mérito. À luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, a decisão judicial foi acertada?

- A) Não, porque o juiz deveria aguardar a alegação da parte contrária em sua defesa para indeferir a petição inicial e extinguir o processo, isso em razão do princípio da imparcialidade.
- B) Sim, porque a decisão encontra justificativa nos poderes do juiz quanto à ampla liberdade de direção do processo, devendo velar pelo rápido andamento das causas.
- C) Não, porque o juiz deveria determinar que o autor suprisse a irregularidade juntando o documento em 10 (dez) dias e, caso a parte não o fizesse, extinguiria o processo indeferindo a petição inicial.
- D) Não, porque quando não há despacho saneador prévio à audiência, somente após o recebimento da defesa e o encerramento da instrução processual é que o juiz poderia sentenciar, não extinguindo a ação sem resolução de mérito, mas sim julgando improcedente a pretensão.
- E) Sim, porque o não atendimento de requisito essencial à inicial – como é o caso da juntada de documento indispensável – equivale a ausência de indicação do valor dos pedidos ou indicação incorreta do endereço do réu, que, nesse caso, impõe o arquivamento da reclamação.

QUESTÃO 35 – Está consagrado na doutrina que o Processo do Trabalho possuiu autonomia científica, apresentando alguns aspectos e princípios peculiares que o justificam. Assim, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- A) O princípio da oralidade alcança a imediatidade do juiz; a identidade física do juiz; a concentração dos atos do procedimento; e a irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.
- B) O juiz deve realizar duas propostas de conciliação durante a audiência *una*; a primeira imediatamente após a apresentação da defesa e a segunda, após o encerramento da instrução processual, mas antes das razões finais das partes.
- C) O *jus postulandi* é assegurado às partes limitando-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- D) Nas ações individuais trabalhistas, os empregados e os empregadores poderão fazer-se



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

representar por intermédio do respectivo sindicato representativo da categoria.

E) A execução da sentença trabalhista transitada em julgado pode ser promovida por qualquer interessado ou *ex officio* pelo próprio juiz da Vara.

QUESTÃO 36 – Em relação às nulidades processuais no Processo do Trabalho, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições:

I – A nulidade não será declarada senão mediante provocação das partes, devendo ser pronunciada ainda quando arguida por quem lhe tiver dado causa.

II – A nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-lhe a falta ou repetir-se o ato.

III – Havendo pedido expresso de que as intimações e publicações sejam realizadas exclusivamente em nome de determinado advogado, a comunicação em nome de outro profissional constituído nos autos é nula, salvo se constatada a inexistência de prejuízo.

IV – A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.

V – Haverá nulidade por julgamento *extra petita* da decisão que deferir salário quando o pedido for de reintegração, ante a falta de previsão legal.

Responda:

A) Todas as proposições estão corretas.

B) Todas as proposições estão incorretas.

C) Somente as proposições I e V estão corretas.

D) Somente as proposições II e V estão incorretas.

E) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 37 – Sobre as partes, procuradores e audiência, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições:

I – A ausência injustificada do reclamado em audiência *una*, embora esteja presente seu advogado munido de procuração e defesa, gera revelia e confissão quanto à matéria fática do réu.

II – O empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte pode ser representado em audiência por preposto, ainda que este não seja empregado ou faça parte do quadro societário da empresa reclamada.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

III – Nos dissídios coletivos é obrigatória a assistência dos interessados de advogado regularmente constituído pela entidade sindical.

IV – Se por doença ou qualquer outro motivo ponderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente na audiência, poderá fazer-se representar por seu advogado ou algum membro de sua família.

V – Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer a audiência em prosseguimento de instrução em que deveria depor.

Responda:

- A) Todas as proposições estão corretas.
- B) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- C) Somente a proposição IV está incorreta.
- D) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- E) Somente a proposição II está incorreta.

QUESTÃO 38 – Sobre a antecipação de tutela e medidas cautelares no Processo do Trabalho, à luz da legislação vigente e jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **INCORRETA**:

- A) O pedido de antecipação de tutela formulado na petição inicial de ação rescisória ou na fase recursal, visando a suspender a execução da decisão rescindenda, será recebido como medida acautelatória na ação rescisória.
- B) A antecipação da tutela concedida *in limine litis* não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário, pois, a rigor, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato.
- C) É cabível medida liminar, até decisão final do processo, em reclamações trabalhistas que visem a tornar sem efeito transferência de empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato.
- D) A concessão de liminar constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.
- E) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa; interposto recurso, serão requeridas diretamente ao tribunal.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 39 – O artigo 818, da CLT deve ser conjugado com o texto do artigo 333 e incisos, do CPC, para se determinar a quem incumbe a prova das alegações feitas no Processo do Trabalho.

Nestes termos, entende-se que:

- I – Os conteúdos de ambos os dispositivos são, rigorosamente, idênticos;
- II – O conteúdo do artigo 818, da CLT é meramente indicativo;
- III – O conteúdo do artigo 818, da CLT é um princípio geral;
- IV – O conteúdo do artigo 333 e incisos, do CPC é explicativo da aplicação das regras sobre a produção de provas no Processo do Trabalho;
- V – Não existe relação entre os termos de ambos os dispositivos enunciados.

Responda:

- A) Somente os itens I, II e V estão incorretos.
- B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- C) Somente os itens III e IV estão corretos.
- D) Somente os itens III e V estão incorretos.
- E) Somente os itens I e IV estão corretos.

QUESTÃO 40 – À luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) A não-apresentação, embora justificada, dos controles de frequência, gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho.
- B) A presunção de veracidade da jornada de trabalho, em desfavor do empregador obrigado a manter controle de ponto, pode ser elidida por prova em contrário, ainda que prevista em instrumento normativo.
- C) Os cartões de ponto, ainda que registrem horários de entrada e saída uniformes, são válidos como meio de prova.
- D) A micro-empresa ou empresa de pequeno porte, que conta com mais de 10 empregados, para fixação do ônus da prova, está dispensada de apresentar em juízo os controles de ponto.
- E) Ao empregador que, por força de lei, se obriga a manter registro de ponto e não o apresenta, ser-lhe-á vedada a produção de prova da jornada de trabalho.

QUESTÃO 41 – É sabido que a conciliação se constitui em princípio fundamental do Processo do



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

Trabalho, tanto na fase de conhecimento quanto na fase de execução. De acordo com essa assertiva, é **CORRETO** afirmar que:

- A) A conciliação valerá como decisão irrecurável; em hipótese alguma poderá ser impugnada.
- B) Não há necessidade de se lavrar o termo de conciliação, haja vista a remissão da dívida não ter relação com a execução trabalhista.
- C) Firmado o acordo, deverá ser estabelecida a de ficar a parte que não cumpri-lo obrigada a satisfazer integralmente o pedido, além de pagar a indenização convencionada, sem prejuízo do cumprimento do acordo.
- D) Apenas por ação rescisória os termos da conciliação poderão ser impugnados, em concordância com o artigo 831, da CLT.
- E) Somente é lícito às partes a celebração de acordo antes de encerrado o juízo conciliatório.

QUESTÃO 42 – Sobre o recurso de revista, à luz da legislação vigente, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) Somente será admissível das decisões proferidas em grau de recurso ordinário pelos Tribunais Regionais.
- B) É admitido somente contra decisão proferida em agravo de petição, desde que tenha havido violação direta e literal de normas da Constituição Federal.
- C) É cabível, além das hipóteses anteriores, nas decisões que derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou a súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- D) Para a sua interposição, não há necessidade de preparo em qualquer hipótese.
- E) Somente é aceito em casos de divergência no mesmo Tribunal.

QUESTÃO 43 – Sobre o mandado de segurança, à luz da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- I) Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho em mandado de segurança cabe recurso de revista, no prazo de 8 (oito) dias, para o Tribunal Superior do Trabalho.
- II) Não cabe mandado de segurança de decisão judicial transitada em julgado.
- III) Aplica-se a alçada em mandado de segurança.
- IV) O juiz deve assinalar prazo de 10 (dez) dias para regularização, caso o impetrante não instrua petição inicial com toda a prova documental indispensável ao exame do pleito.
- V) Embora o agravo de petição deva delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.

Responda:

- A) Somente as proposições II e V estão corretas.
- B) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições I e V estão corretas.
- D) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- E) Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO 44 – Foi instaurado, pelo empregador, inquérito para apuração de falta grave, no prazo de 40 (quarenta) dias do conhecimento dos fatos desabonadores de empregado eleito como membro da CIPA. Ao tomar ciência da prática faltosa, o empregador o suspendeu após 15 (quinze) dias. Em tal situação, o empregador:

- A) Não poderá manter suspenso o empregado, pois o prazo para a instauração do inquérito é de 30 (trinta) dias.
- B) Deverá reintegrar, incontinenti, o empregado, pois a propositura do inquérito deve ocorrer no prazo de 30 (dias) da ocorrência da falta grave.
- C) Caracterizou, em virtude do seu comportamento, perdão tácito, pois o prazo para propositura do inquérito de 30 (trinta) dias serve para se examinar sua viabilidade e conveniência.
- D) Deverá manter o empregado suspenso até a decisão final do inquérito.
- E) Promoverá o desligamento do empregado, imediatamente.

QUESTÃO 45 – Sobre o recurso de revista, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **INCORRETA**.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- A) O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto a parte das matérias veiculadas, não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo imprópria a interposição de agravo de instrumento.
- B) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- C) Quando o recurso tempestivo contiver defeito formal que não se repute grave, o Tribunal Superior do Trabalho poderá desconsiderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito.
- D) Não se conhecerá de recurso de revista ou de embargos na hipótese de a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.
- E) Caberá quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro ou mesmo Tribunal Regional do Trabalho, desde que por outro órgão fracionário.

QUESTÃO 46 – Opostos embargos de terceiro, com único fundamento quanto à irregularidade na penhora realizada no juízo deprecado, à luz da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) Os embargos serão oferecidos somente no juízo deprecante e por este será julgado.
- B) O oferecimento dos embargos unicamente se dará no juízo deprecado, que terá competência para julgá-los.
- C) Os embargos poderão ser oferecidos tanto no juízo deprecado como no deprecante e o julgamento deles se dará por aquele que os recebeu.
- D) Os embargos poderão ser oferecidos no juízo deprecante ou no deprecado e a competência será do deprecante para julgá-los.
- E) Os embargos poderão ser oferecidos tanto no juízo deprecado como no deprecante, mas o julgamento se dará no juízo deprecado.

QUESTÃO 47 – Sobre o rito sumaríssimo, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, o pedido deverá ser certo, determinado e líquido; a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quinze



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Vara do Trabalho; a citação por edital deverá conter a correta indicação do nome e endereço do reclamado.

B) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.

C) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada a demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal, contrariedade a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal ou a súmula do Tribunal Superior do Trabalho, não se admitindo o recurso por contrariedade a Orientação Jurisprudencial do TST.

D) As testemunhas comparecerão a audiência independentemente de notificação ou intimação, sendo que aquelas que não comparecerem serão intimadas, ainda que não tenham sido convidadas, *ex officio* ou a requerimento da parte, ficando sujeitas a condução coercitiva.

E) Serão decididos na sentença os incidentes de intervenção de terceiros, exceções e outros que possam interferir no prosseguimento da audiência e do processo.

QUESTÃO 48 – À luz da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições:

I – Não se aplica às Varas do Trabalho o princípio da identidade física do juiz.

II – Só por ação rescisória é impugnável o termo de conciliação previsto no parágrafo único do art. 831, da CLT.

III – O recurso adesivo é compatível com o Processo do Trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

IV – São cabíveis embargos para o Tribunal Pleno contra decisão em agravo de instrumento oposto contra despacho denegatório de recurso de revista.

V – Os privilégios e isenções no foro da Justiça do Trabalho abrangem as sociedades de economia mista.

Responda:

A) Somente as proposições I e III estão incorretas.

B) Somente as proposições I e IV estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- C) Somente as proposições III e V estão incorretas.
- D) Somente as proposições II e III estão corretas.
- E) Somente as proposições II e IV estão incorretas.

QUESTÃO 49 – Sobre o Ministério Público do Trabalho, à luz da legislação vigente, analise as seguintes proposições:

I – O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

II – Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: promover as ações que lhe sejam atribuídas pela Constituição Federal e pelas leis trabalhistas; manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção.

III – Compete, ainda, ao Ministério Público do Trabalho: instaurar instância em caso de greve, quando a defesa da ordem jurídica ou o interesse público assim o exigir; intervir obrigatoriamente em todos os feitos nos primeiro e segundo graus de jurisdição da Justiça do Trabalho, quando a parte for pessoa jurídica de direito público, autarquia ou fundação pública, Estado estrangeiro ou organismo internacional.

IV – Firmado Termo de Ajustamento de Conduta, seu cumprimento se dará espontaneamente pelo interessado ou coercitivamente por meio de ação civil pública ou ação de cumprimento, a ser ajuizada perante a Justiça do Trabalho.

V – Ser cientificado, mediante notificação postal, das decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, nas causas em que o órgão tenha intervindo ou emitido parecer escrito, sendo-lhe assegurado o prazo dobrado para se manifestar.

Responda:

- A) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- B) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições I e II estão corretas.
- D) Somente as proposições IV e V estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

E) Somente as proposições II e IV estão incorretas.

QUESTÃO 50 – À luz da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- A) A ausência do reclamante à audiência em que deveria depor, após contestada a ação, não importa arquivamento do processo.
- B) Quando não juntada a ata ao processo em 48 horas, contadas da audiência de julgamento, o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença.
- C) A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data de seu ajuizamento, desde que não impugnado, sendo inalterável no curso do processo.
- D) A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.
- E) Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita às demais, mesmo quando a empresa que efetuou o depósito pleiteie sua exclusão da lide.

QUESTÃO 51 – À luz da legislação vigente e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- A) Cabe ação civil pública perante a Justiça do Trabalho que verse sobre o descumprimento de normas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.
- B) A sentença proferida em ação civil pública faz coisa julgada *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova na hipótese de interesses ou direitos difusos.
- C) Em trâmite ação individual e ação civil pública – ACP, o empregado, que em tese possa ser beneficiado com os efeitos da sentença da ACP a ser proferida, pode, no prazo de 30 dias de sua ciência nos autos, pedir a suspensão da ação individual; e mesmo não o fazendo, ainda assim se beneficiará dos efeitos da coisa julgada pertinentes à sentença da ação civil pública.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

D) É dispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento.

E) Em caso de dissídio coletivo que tenha por motivo novas condições de trabalho e no qual figure como parte apenas uma fração de empregados de uma empresa, poderá o Tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições de trabalho, se julgar justo e conveniente, aos demais empregados da empresa que forem da mesma profissão dos dissidentes.

QUESTÃO 52 – Sobre os Embargos de Terceiro, à luz da legislação vigente e jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, aponte a alternativa **CORRETA**.

A) O compromisso de compra e venda de imóvel, desprovido de registro, não é meio de prova hábil a comprovar a alegação de posse em embargos de terceiro.

B) O arrolamento, o inventário e a partilha não autorizam a discussão da posse por meio de embargos de terceiro, pois se tratam de procedimentos de jurisdição voluntária e que permitem, a todo interessado, pleitear, no próprio procedimento, a inclusão, exclusão ou limitação dos atos de apreensão.

C) Em execução trabalhista, desconsiderada a personalidade jurídica da empresa e apreendidos bens do sócio majoritário, a cônjuge desse sócio, sem relação com a sociedade, não pode alegar, em embargos de terceiro, a proteção de sua meação.

D) Os embargos de terceiro, assim como o mandado de segurança, constituem-se em ação documental pura e, portanto, depende exclusivamente de prova documental para comprovação da posse, sendo vedada a produção de prova oral.

E) Apesar de se tratar de ação incidental autônoma, a citação nos embargos de terceiro só será pessoal se o embargado não tiver procurador constituído na ação principal.

QUESTÃO 53 – Sobre o agravo de petição, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **CORRETA**.

A) A delimitação de matérias e indicação de valores impugnados é um dos pressupostos de admissibilidade do agravo de petição, ferindo direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto às matérias e aos valores não impugnados dessa forma.

B) É vedado ao Juízo de 1º grau indeferir o processamento do agravo de petição, por se tratar de recurso cuja competência para análise dos pressupostos de admissibilidade é afeta,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

exclusivamente, a uma das Turmas do Tribunal Regional a que está vinculado o prolator da decisão, nos termos do art. 679, da CLT.

C) As custas serão sempre de responsabilidade do executado e pagas ao final.

D) Determinado o processamento do agravo de petição em autos apartados, são, dentre outras, peças obrigatórias a ser juntadas pelo agravante, sob pena de não conhecimento do recurso: da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária.

E) Quando versar apenas sobre contribuições previdenciárias, segue a mesma forma de processamento do recurso referente a outras matérias, ou seja, poderá ser processado nos próprios autos ou em autos apartados, mediante a determinação de extração de carta de sentença.

QUESTÃO 54 – Sobre a ação rescisória, à luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições:

I – A existência de dúvida razoável protraí o termo inicial do prazo decadencial, à exceção, apenas, da interposição de recurso intempestivo.

II – O prazo de decadência conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão de mérito proferida na causa.

III – O chamado *judicium rescindens* refere-se ao pedido de desconstituição do julgado e, por sua vez, o *judicium rescissorium* diz respeito à pretensão de novo julgamento, sendo que a cumulação de ambos os pedidos, na petição inicial, é essencial em qualquer das hipóteses de rescisão previstas na lei.

IV – Em razão do quanto disposto no CPC, bem assim com base no princípio da instrumentalidade e da informalidade dos atos processuais que regem o Direito Processual do Trabalho, não encerra pedido juridicamente impossível a pretensão de corte rescisório da sentença quando substituída por acórdão do Tribunal Regional do Trabalho.

V – A ausência de resposta do réu, em sede de ação rescisória, implica revelia, consubstanciando na veracidade dos fatos e fundamentos jurídicos do pedido de desconstituição.

Responda:

A) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

B) Todas as proposições estão incorretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- C) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- D) Somente as proposições I e III estão corretas.
- E) Somente as proposições I e V estão incorretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 55 – Segundo o eminente constitucionalista José Afonso da Silva, as normas constitucionais podem ser divididas, quanto à eficácia, em: plenas, contidas e limitadas. Essa classificação é utilizada reiteradamente pelo Supremo Tribunal Federal na análise da compatibilidade de normas com a Constituição Federal. Nesse contexto, o artigo 8º, IV, da CF (*“IV – a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.”*) poderá ser classificado como:

- A) De eficácia contida, pois a norma infraconstitucional poderá reduzir a abrangência.
- B) De eficácia contida, pois a sua aplicabilidade depende da verificação de pressupostos fáticos previstos em outra norma da Constituição Federal.
- C) De eficácia limitada, pois restringe a atuação do legislador e da autonomia privada coletiva, impedindo que se disponha em desacordo com a norma.
- D) De eficácia limitada, pois cria vantagens jurídicas, seja para conferir direitos, seja para impor obrigações, ainda que dependente de regulação posterior.
- E) De eficácia plena e aplicabilidade imediata.

QUESTÃO 56 – Sobre a possibilidade de alteração material da Constituição Federal, analise as seguintes proposições:

- I – Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, equivalentes às emendas constitucionais, nos termos do art. 5º, § 3º, da CF, não poderão ser aprovados na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- II – A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de cidadãos, nos casos previstos na Constituição Federal.
- III – A Constituição poderá, ainda, ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- IV – A proposta de emenda constitucional será discutida e votada em cada Casa do Congresso



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

V – A emenda à Constituição será promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e, na omissão destes, pelo Presidente da República, com seu respectivo número de ordem.

Responda:

- A) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- B) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- C) Somente as proposições II e III estão corretas.
- D) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- E) Somente as proposições I e IV estão corretas.

QUESTÃO 57 – À luz da Constituição Federal, aponte a alternativa CORRETA.

A) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional; cujo conteúdo poderá legislar sobre abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna, calamidade pública e, ainda, créditos adicionais e suplementares previstos na lei de diretrizes orçamentária, no orçamento anual e no plano plurianual.

B) Compete privativamente ao Presidente da República enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos na Constituição Federal; porém, na hipótese de inércia do Poder Legislativo Federal, com relação a tais matérias, poderá solicitar junto a ele delegação de competência legislativa para elaboração de lei delegada.

C) É obrigatória a inclusão, no orçamento de quaisquer entidades de direito público da administração direta e indireta, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

D) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, sem qualquer ressalva, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

E) Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, deverão ser entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma estabelecida em lei complementar.

QUESTÃO 58 – À luz da Constituição Federal, analise as seguintes proposições:

I – A ordem econômica, que tem por primado a valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, observa, dentre outros, os seguintes princípios: a função social da propriedade, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de grande porte, desde que constituídas sob as leis brasileiras e que tenham, ainda, sua sede e administração no País.

II – A empresa pública, bem como a sociedade de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, penais, trabalhistas e tributárias.

III – As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

IV – A lei poderá dispor sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, além do caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão.

V – A ordem econômica constitucional assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nas hipóteses previstas em lei.

Responda:

- A) Somente as proposições I e II estão incorretas.
- B) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições III e V estão incorretas.
- D) Somente as proposições I e V estão corretas.
- E) Todas as proposições estão incorretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

QUESTÃO 59 – À luz da Constituição Federal, analise as seguintes proposições:

- I – Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- II – Compete à União e aos Estados legislar sobre águas, energia e radiodifusão.
- III – Compete privativamente à União legislar sobre organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como a organização administrativa destes.
- IV – Leis ordinárias fixarão, em razão da competência comum, normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- V – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente e ao consumidor.

Responda:

- A) Todas as proposições estão corretas.
- B) Somente as proposições II e V estão corretas.
- C) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- D) Somente as proposições III e V estão corretas.
- E) Somente as proposições IV e V estão incorretas.

QUESTÃO 60 – À luz da Constituição Federal, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) No regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, as contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes.
- B) A assistência social será prestada a quem dela necessitar, mediante contribuição à seguridade social, e tem por objetivo, dentre outros, promover a integração dos cidadãos no mercado de trabalho.
- C) É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, para trabalhadores urbanos e rurais de ambos os sexos, obedecidas as seguintes condições: trinta e cinco anos de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; além de sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

D) Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo aos Estados prestar assistência financeira complementar aos Municípios para o cumprimento do piso salarial dos referidos agentes.

E) A seguridade social será financiada por toda a sociedade de forma direta, nos termos da lei, e mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de incidências sobre contribuições sociais.

QUESTÃO 61 – À luz da Constituição Federal, aponte a alternativa **CORRETA**.

A) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

B) Ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei; a inobservância de tal requisito implicará punição da autoridade responsável, além de nulificar o ato de investidura.

C) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, acrescido de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

D) Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, além de ser devida indenização equivalente pelo exercício do cargo do servidor reintegrado.

E) Além da administração pública direta, também as autarquias e as fundações de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; não se cogita, porém, do respeito aos mencionados princípios, em se tratando de empresa pública e de economia mista, porquanto se equiparam às empresas privadas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

QUESTÃO 62 – Sobre o trabalhador urbano e rural, à luz da Constituição Federal, analise as seguintes proposições:

I – A irredutibilidade salarial não é absoluta, sendo lícita mediante previsão em convenção ou acordo coletivo.

II – Ao trabalhador doméstico foi assegurado na EC 72/2013 remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, independentemente de regulamentação legal.

III – Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

IV – O trabalhador faz jus a um seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, apenas quando for resultado de dolo ou culpa.

V – O salário-família será pago em virtude do dependente do trabalhador, sem se cogitar da renda por ele auferida, já que se trata de um direito social garantido constitucionalmente.

Responda:

- A) Somente as proposições II e III estão corretas.
- B) Somente as proposições II e IV estão incorretas.
- C) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- D) Somente as proposições IV e V estão corretas.
- E) Somente as proposições II e V estão incorretas.

QUESTÃO 63 – Sobre o controle de constitucionalidade, aponte a alternativa **INCORRETA**.

A) O controle concentrado de constitucionalidade brasileiro foi inspirado no modelo alemão e compreende que um Tribunal faça o controle da constitucionalidade de leis e atos normativos, que no Brasil se dá, quando exercitado de maneira repressiva, pela propositura de ações como, dentre outras, a ação direta de inconstitucionalidade e, em caráter subsidiário, a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

B) São legitimados a propor ação declaratória de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Congresso Nacional, a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional, sendo que, para estes últimos, é necessária a demonstração de pertinência entre a finalidade institucional da entidade ou associação e o interesse na propositura da ação.

C) A decisão tomada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, em regra, produz efeitos *ex tunc* e *erga omnes*, porém, é possível que o Tribunal module esses efeitos para resguardar e prestigiar a segurança jurídica ou outro valor sensível à Constituição – essa modulação pode implicar a manutenção do texto legal declarado inconstitucional com seus efeitos válidos até que norma posterior o altere.

D) Não é correto falar em declaração de inconstitucionalidade de lei se esta já estava em vigor anteriormente à promulgação da Constituição Federal, pois estamos a cuidar do fenômeno da recepção ou não da lei; é possível, porém, o uso de ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, impugnando normas anteriores à vigência da atual Constituição.

E) Compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 64 – Ainda em relação ao controle de constitucionalidade, aponte a alternativa **INCORRETA**.

A) Proposta ação direta de inconstitucionalidade, não se admitirá sua desistência; porém, haverá perda incidental de seu objeto se houver, durante o curso processual, alteração do parâmetro constitucional invocado por meio de Emenda à Constituição.

B) O controle difuso de constitucionalidade de leis e atos normativos poderá ser feito por qualquer juiz, mas não poderá ocorrer por meio de pronunciamento do relator, turma ou câmara de Tribunal, ainda que não declare expressamente a inconstitucionalidade, afaste a incidência da norma total ou parcialmente.

C) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão visa a tornar efetiva norma constitucional de eficácia limitada diante da omissão do legislador ou autoridade competente, não se confundindo com o mandado de injunção, em razão da distinção dos efeitos de suas decisões.

D) Poderão atuar como *amici curiae* em ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade os legitimados para a propositura de referidas ações, mas o relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá admitir que funcionem como “amigos da corte” outros órgãos ou entidades – a figura do *amicus curiae* é



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

admitida em ações de controle concentrado perante o Supremo Tribunal Federal, não existindo previsão legal para outras hipóteses.

E) Está sujeito à reclamação para a preservação da competência do Supremo Tribunal Federal, bem como à garantia da autoridade de suas decisões, o provimento jurisdicional que contrariar as decisões definitivas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade.

QUESTÃO 65 – À luz da Constituição Federal e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, aponte a alternativa **CORRETA**.

A) Compete ao Tribunal Superior do Trabalho julgar conflito de competência instaurado entre juízes do trabalho vinculados a Tribunais Regionais do Trabalho distintos. Cabe, contudo, ao Superior Tribunal de Justiça, julgar conflito de competência instaurado entre juiz do trabalho e juiz estadual, ambos do primeiro grau de jurisdição.

B) É de competência da Justiça do Trabalho processar e julgar, dentre outras, a execução, de ofício, das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício e do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, além de seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir, salvo as contribuições referentes ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT).

C) É da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que envolvam a prática do denominado trabalho em condições análogas à de escravo, inclusive os crimes contra a organização do trabalho.

D) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, exceto as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Federal Comum.

E) É da competência do Supremo Tribunal Federal apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 66 – À luz da legislação vigente, aponte a alternativa **INCORRETA**.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- A) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.
- B) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal, sendo vedada, dentre outras, a edição sobre matéria relativa a direito penal, processual penal e processual civil, reservada à lei complementar ou já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.
- C) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios.
- D) O Presidente da República poderá vetar total ou parcialmente projeto de lei, entretanto o veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- E) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 67 – À luz da legislação vigente, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) A Constituição Federal, ao consagrar o respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada, já que guardam relação com direitos e garantias fundamentais, veda a retroatividade da lei.
- B) O ordenamento jurídico, a rigor, não autoriza a repristinação de lei revogada em razão de a lei revogadora ter perdido a vigência, independentemente de disposição em sentido contrário.
- C) A revogação total dos dispositivos de uma lei denomina-se ab-rogação; enquanto a derrogação refere-se à revogação de parte dos preceitos que a compõem.
- D) Para qualificar e reger as obrigações contraídas por nacional, aplicar-se-á a lei brasileira, mesmo que elas sejam constituídas em outro país.
- E) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, tais como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do país no qual desempenham as suas atividades.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

QUESTÃO 68 – À luz da legislação vigente, analise as seguintes proposições:

I – O menor púbere que mantém economia própria auferida mediante regular contrato individual de trabalho, na hipótese de extinção do estabelecimento comercial onde presta serviço, perderá a condição de emancipado.

II – O contrato de trabalho firmado com indígena isolado é anulável, porquanto a contratação depende de prévia aprovação do órgão de proteção ao índio.

III – As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, somente se houver dolo por parte destes.

IV – Em caso de abuso da personalidade jurídica, esta poderá desconsiderada, em sede de Direito Civil, quando caracterizado desvio de finalidade ou confusão patrimonial, resultando na extensão dos efeitos de certas e determinadas relações obrigacionais, tanto aos bens particulares dos administradores quanto aos sócios da pessoa jurídica.

V – A pessoa jurídica de direito privado, cuja sede é em outro país, tem como domicílio, no tocante às obrigações contraídas por suas agências, o lugar do estabelecimento, situado no Brasil, a que ela corresponder.

Responda:

- A) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- B) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- C) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- D) Somente as proposições IV e V estão corretas.
- E) Somente as proposições III, IV e V estão incorretas.

QUESTÃO 69 – À luz da legislação vigente e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, aponte a alternativa **INCORRETA**.

A) São bens imóveis: o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente, os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta. Por sua vez, consideram-se móveis, as energias que tenham valor econômico e os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

B) A impenhorabilidade do bem de família se estende ao único imóvel residencial do devedor que se encontre locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

subsistência ou a moradia da sua família. O conceito de impenhorabilidade de bem de família abrange, ainda, o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.

C) São anuláveis os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal em face das circunstâncias do negócio. O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.

D) Haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem ou transmitem. Ocorre o estado de perigo quando uma pessoa, premida de necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

E) Prescreve em três anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa e a pretensão de reparação civil. Não corre o prazo de decadência contra os absolutamente incapazes.

QUESTÃO 70 – À luz da legislação vigente e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, analise as seguintes proposições:

I – A escritura pública, lavrada em notas de tabelião, apesar de dotada de fé pública, admite prova em contrário.

II – Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes; contudo, não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido e a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente.

III – São ilícitas todas as condições contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes. Invalidam o negócio jurídico, as condições que o privarem de todo efeito ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes; as físicas ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas; as de fazer coisa ilícita e as condições incompreensíveis ou contraditórias.

IV – São bens públicos: os de uso comum do povo; os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da Administração Pública e autarquias; os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, destacando que desde a vigência do atual Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião.

V – A confissão é revogável e poderá ser anulada se decorrer de erro de fato ou de coação. Não



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

tem eficácia a confissão se provém de quem não é capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.

Responda:

- A) Somente as proposições I e V estão incorretas.
- B) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições I e II estão corretas.
- D) Somente as proposições III e IV estão incorretas.
- E) Somente as proposições III e V estão corretas.

QUESTÃO 71 – Sobre as pessoas jurídicas e o empresário, à luz da legislação vigente, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- A) Será considerado empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, sempre que haja o concurso de auxiliares ou colaboradores.
- B) A inscrição do empresário far-se-á mediante requerimento que contenha o seu nome, nacionalidade, domicílio, estado civil e, se casado, o regime de bens; a firma, com a respectiva assinatura autógrafa ou por certificação digital; o capital; e o objeto e a sede da empresa.
- C) São pessoas jurídicas de direito privado associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- D) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- E) Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.

QUESTÃO 72 – Sobre os tipos de sociedades, à luz da legislação vigente, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) São exemplos de sociedade não personificada: grupo de consórcios, sociedade em comum, sociedade em conta de participação e sociedade simples.
- B) Na sociedade em nome coletivo todos os sócios respondem solidariamente perante terceiros, podendo, contudo, no ato constitutivo ou em convenção posterior, limitar a responsabilidade entre si.
- C) Na sociedade limitada, se o contrato social for omissivo, o sócio pode ceder sua quota, total ou



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

parcialmente, a quem seja sócio, independentemente da audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

D) Na sociedade em comandita por ações somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde subsidiariamente e limitadamente ao valor de suas ações integralizadas, juntamente com os demais administradores pelas obrigações da sociedade.

E) Na sociedade cooperativa, o *quorum* para assembleia geral funcionar e deliberar, fica vinculado ao capital social representados pelos sócios presentes.

QUESTÃO 73 – À luz da legislação vigente, analise as seguintes proposições:

I – Consideram-se coligadas as sociedades que, em suas relações de capital, são controladas, filiações ou de simples participação; diz-se coligada ou filiada a sociedade de cujo capital outra sociedade participa com dez por cento ou mais, do capital da outra, sem controlá-la; e de simples participação, a sociedade de cujo capital outra sociedade possua menos de dez por cento do capital com direito de voto.

II – Constitui dever do liquidante exigir dos quotistas, quando insuficiente o ativo à solução do passivo, a integralização de suas quotas e, se for o caso, as quantias necessárias, nos limites da responsabilidade de cada um e, proporcionalmente, à respectiva participação nas perdas, repartindo-se, entre os sócios solventes e na mesma proporção, o devido pelo insolvente.

III – Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprová-la, salvo se houver disposição em contrário no estatuto ou contrato social prevendo essa hipótese.

IV – A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações, mantida a responsabilidade solidária das sociedades até quitação das obrigações anteriormente assumidas.

V – Ao Poder Executivo é facultado, a qualquer tempo, cassar a autorização concedida a sociedade nacional ou estrangeira que infringir disposição de ordem pública ou praticar atos contrários aos fins declarados no seu estatuto.

Responda:

- A) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- B) Somente as proposições II, III e IV estão incorretas.
- C) Somente as proposições II, III e V estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- D) Somente as proposições I e II estão incorretas.
E) Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO 74 – Dentre as modalidades de interpretação que compõem o objeto da hermenêutica jurídica, encontra-se a sistemática, que consiste em considerar o preceito jurídico como parte do sistema normativo mais amplo que o envolve. É sabido que a Lei nº 12.056/2011 reformulou o instituto do aviso prévio, permitindo o mínimo de 30 dias e o máximo de 90 dias. Nessa seara, caso seja considerado o critério interpretativo sistemático, tal estatuto será analisado:

- A) Sob seu caráter particular e exclusivo.
B) Em conjunto com as demais matérias pertinentes ao mesmo tema.
C) Conforme seu impacto nas decisões judiciais.
D) Por sua importância na elaboração de súmulas em Tribunais Superiores.
E) Segundo sua relação com as aspirações sociais.

QUESTÃO 75 – À luz da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, em matéria de responsabilidade civil, analise as seguintes proposições:

- I – A indenização por publicação não autorizada de imagem de pessoa com fim econômico ou comercial independente de prova do prejuízo.
II – Nas ações de indenização, se o pedido for julgado procedente, é necessária a constituição de capital ou caução fidejussória para a garantia de pagamento de pensão, exceto se o demandado possuir notória condição econômica.
III – A mera apresentação antecipada de cheque “pré-datado” não enseja indenização por dano moral.
IV – Nas indenizações por dano moral, a correção monetária incide desde a data da citação.
V – O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão.

Responda:

- A) Somente as proposições I e III estão incorretas.
B) Somente as proposições I e V estão corretas.
C) Somente as proposições III e IV estão corretas.
D) Somente as proposições II e V estão incorretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

E) Somente as proposições II e IV estão corretas.

QUESTÃO 76 – Proceder-se-á a declaração de insolvência toda vez que as dívidas excedam a importância dos bens do devedor, podendo haver discussão entre os credores sobre a preferência sobre eles disputada. O artigo 965, do Código Civil estabelece uma ordem de privilégio geral sobre os bens do devedor. Assinale a alternativa que **contemple a ordem de preferência correta** entre os privilégios apontados, nos termos do preceito legal mencionado.

A) O crédito por despesa de seu funeral, feito segundo a condição do morto e o costume do lugar; e o crédito pelos salários dos empregados do serviço doméstico do devedor, nos seus derradeiros seis meses de vida.

B) O crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e no anterior; e o crédito por custas judiciais, ou por despesas com a arrecadação e liquidação da massa.

C) O crédito por despesas com a doença de que faleceu o devedor, no semestre anterior à sua morte; e o crédito por despesa de seu funeral, feito segundo a condição do morto e o costume do lugar.

D) O crédito pelos impostos devidos à Fazenda Pública, no ano corrente e no anterior; e o crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e sua família, no trimestre anterior ao falecimento.

E) O crédito pelos gastos necessários à manutenção do devedor falecido e sua família, no trimestre anterior ao falecimento; e o crédito por custas judiciais, ou por despesas com a arrecadação e liquidação da massa.

QUESTÃO 77 – Em relação às obrigações, à luz da legislação vigente, analise as seguintes proposições:

I – O pagamento parcial feito por um dos devedores e a remissão por ele obtida não aproveita aos outros devedores, senão até a concorrência da quantia paga ou relevada.

II – Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional avençada entre o credor e um dos codevedores atingirá aos demais, ainda que estabelecida à revelia destes, em razão da solidariedade passiva.

III – O crédito, uma vez penhorado, não poderá mais ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora; mas o devedor que o pagar, não tendo sido dela notificado, ficará exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

IV – O terceiro não interessado, que pagar a dívida em seu próprio nome, terá direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.

V – Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este somente poderá exigir a satisfação das perdas e danos se aceitá-la com atraso.

Responda:

- A) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- B) Somente as proposições I e II estão corretas.
- C) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- D) Somente as proposições III e V estão corretas.
- E) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.

QUESTÃO 78 – Em relação à cláusula penal, à luz da legislação vigente, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) É convencionada para a proteção do devedor, visto que atua como limitação de sua responsabilidade, e somente poderá ser exigida quando ocorrer prejuízo para o credor.
- B) Será exequível apenas quando for estipulada conjuntamente com a obrigação principal, não se admitindo estipulação posterior.
- C) Na obrigação indivisível, caindo em falta um dos devedores, todos incorrerão na pena; mas esta só se poderá demandar integralmente do culpado, respondendo cada qual somente pela sua quota.
- D) O valor da cominação imposta em cláusula pode, validamente, exceder aquele da obrigação principal quando houver autorização judicial.
- E) Se o prejuízo do credor for superior ao previsto na cláusula penal, poderá ser exigida indenização suplementar, ainda que não tenha sido convencionado.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 79 – O Estatuto da Criança e Adolescente – ECA prevê a figura do Conselho Tutelar, dispondo sobre a sua criação, organização, atribuições e outras regras sobre funcionamento e os seus membros. Aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar, de caráter privado, composto de



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de três anos, permitida uma recondução, mediante decreto do chefe do Poder Executivo Municipal.

B) O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Juiz Eleitoral da comarca, e a fiscalização obrigatória do Ministério Público e do chefe do Poder Executivo local.

C) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, salvo brindes de pequeno valor.

D) O exercício efetivo da função de conselheiro constitui-se em serviço público relevante, embora não estabeleça presunção de idoneidade moral, mas assegura prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

E) Os membros do Conselho Tutelar receberão remuneração prevista em lei, sendo-lhes ainda assegurado o direito a cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço do valor da remuneração mensal, licenças maternidade e paternidade, gratificação natalina.

QUESTÃO 80 – Sobre as normas quanto ao direito à profissionalização e à proteção ao trabalho da criança e do adolescente, aponte a alternativa **CORRETA**.

A) o adolescente aprendiz, maior de catorze anos, não terá direitos trabalhistas e previdenciários, em função do trabalho ter natureza educativa.

B) o adolescente aprendiz poderá trabalhar em locais insalubres, perigosos e penosos, desde que a ele sejam fornecidos os equipamentos específicos de proteção individual.

C) a remuneração que o adolescente recebe pela participação na venda dos produtos de seu trabalho desfigura o caráter educativo.

D) a empresa contratante tem plena autonomia para inserir o adolescente aprendiz em qualquer atividade produtiva, desde que garantido o seu aprendizado.

E) a formação técnico-profissional do adolescente deverá garantir o acesso e a frequência obrigatória ao ensino regular.

BLOCO III



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 81 – À luz da legislação vigente e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) As incompetências absoluta e relativa devem ser suscitadas mediante exceção.
- B) Pelo princípio da *perpetuatio jurisdictionis*, a competência é determinada no momento em que a ação é ajuizada, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimir o órgão judiciário ou alterar a competência em razão da matéria ou da hierarquia.
- C) A incompetência absoluta somente será declarada mediante provocação da parte interessada; na hipótese de acolhimento do pedido, os autos devem ser remetidos ao juízo competente, sendo declarados nulos somente os atos decisórios proferidos por aquele reputado incompetente.
- D) Pelo critério da conexão, a competência relativa poderá ser modificada *ex officio* ou mediante requerimento de qualquer das partes, ainda que um dos processos já tenha sido julgado.
- E) A competência em razão da matéria e da hierarquia pode ser modificada mediante convenção das partes; o acordo derogando a competência, entretanto, só produzirá efeitos quando constar do contrato escrito e fizer referência expressa a determinado negócio jurídico.

QUESTÃO 82 – À luz da legislação vigente e da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, analise as seguintes proposições:

- I – A legitimidade *ad causam* ativa e passiva consiste na capacidade de ser sujeito da relação processual e a legitimidade *ad processum* resulta na capacidade de realizar atos processuais com efeitos jurídicos; entretanto, ficam excluídos, dentre outros, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para o exercício, em ambas as hipóteses, de tais capacitações processuais.
- II – Os menores impúberes e púberes serão assistidos por seus pais, tutores ou curadores no exercício dos seus direitos em juízo.
- III – A representação processual em juízo, dos menores púberes, necessita da outorga de procuração por meio de instrumento particular; porém, dos menores impúberes exige-se que o mandato seja conferido mediante instrumento público.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

IV – O inventariante detém capacidade de ser parte na reclamação trabalhista em que o empregado falecer no curso do contrato de trabalho, somente quando devidamente investido como tal pelo Juízo de Família e Sucessões.

V – A União, Estados, Municípios e Distrito Federal, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, estão dispensados da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação; todavia, às suas autarquias e fundações públicas é imprescindível a outorga de poderes mediante procuração.

Responda:

- A) Todas as proposições estão corretas.
- B) Todas as proposições estão incorretas.
- C) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
- D) Somente as proposições II e V estão incorretas.
- E) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.

QUESTÃO 83 – À luz da legislação vigente, analise as seguintes proposições:

I – Após a citação, é ilícito o autor modificar apenas os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições supervenientes permitidas por lei.

II – O curso do processo ficará suspenso quando oposta exceção de suspeição ou impedimento do juiz.

III – No caso de morte do procurador do réu, a ele será concedido o prazo de 20 (vinte) dias para que constitua novo mandatário; findo o prazo, sem que outro advogado tenha sido nomeado, o feito deverá prosseguir à sua revelia.

IV – A suspensão do curso do prazo, por obstáculo criado pela parte contrária, importa restituição integral do prazo para a implementação do ato processual.

V – As partes, de comum acordo, poderão reduzir ou prorrogar prazos dilatatórios; essa convenção tem eficácia mesmo quando requerida após o vencimento do prazo, entretanto, desde que fundada em motivo legítimo.

Responda:

- A) Somente as proposições I e II estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

- B) Todas as proposições estão incorretas.
- C) Somente as proposições I, II e III estão incorretas.
- D) Somente as proposições I e III estão corretas.
- E) Somente as proposições I, IV e V estão incorretas.

QUESTÃO 84 – Havendo vícios na petição inicial não corrigidos oportunamente pelo autor, o juiz poderá resolver o processo, deixando de promover os atos subsequentes como, por exemplo, a citação do réu. Há, contudo, hipótese em que o juiz poderá julgar desde já o mérito da pretensão, mesmo sem a citação do réu. Aponte a alternativa que indique esta última situação:

- A) Quando a parte for manifestamente ilegítima.
- B) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e o juízo houver proferido sentença de total improcedência em outros casos idênticos.
- C) Quando a matéria controvertida já houver sido julgada pelo Supremo Tribunal Federal em regime de repercussão geral.
- D) Quando for inepta a petição inicial;
- E) Quando a questão de mérito for unicamente de direito ou sendo de direito e de fato não houver necessidade de produção de provas de audiência.

QUESTÃO 85 – Sobre o incidente de falsidade, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) Não cabe arguição de falsidade em sede recursal.
- B) Juntado o documento com a defesa, o autor terá o prazo de cinco dias para suscitar a falsidade, sob pena de preclusão.
- C) Em razão de matéria de ordem pública, o juiz determinará o exame pericial, ainda que a parte que produziu o documento concordar em retirá-lo dos autos.
- D) Após o encerramento da instrução processual, não será admitida a arguição de falsidade documental.
- E) Suscitado o incidente, será suspenso o processo principal.

QUESTÃO 86 – À luz da legislação vigente e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- A) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos, senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

respectivas autarquias e fundações de direito público, salvo, quanto às sentenças líquidas, se a condenação ou o direito controvertido for de valor certo, não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos.

B) O efeito devolutivo em profundidade impõe o exame dos fundamentos da inicial ou da defesa não tratados na sentença, podendo o Tribunal pronunciar-se a respeito de tais questões suscitadas e discutidas pelas partes no processo.

C) Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos especiais ou de revista representativos da controvérsia, ficando suspensos os demais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior do Trabalho, respectivamente.

D) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes. Admite-se o recurso especial se o recorrente opôs embargos declaratórios, mesmo se a questão neles versada não foi apreciada pelo Tribunal de origem.

E) Vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte, ficando o recurso adesivo subordinado ao principal; porém, não será conhecido, se houver desistência do recurso principal ou se ele for declarado inadmissível ou deserto, sendo desnecessário, no âmbito trabalhista, que a matéria veiculada no adesivo esteja relacionada com a do recurso principal.

QUESTÃO 87 – À luz da legislação vigente, aponte a alternativa **INCORRETA**.

A) O incidente de uniformização de jurisprudência pode ser suscitado por qualquer das partes, nas razões do recurso ou em petição avulsa, solicitado pelo relator do recurso ou requerido pelo Ministério Público, quando for parte na ação.

B) O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

C) O julgamento do incidente de uniformização de jurisprudência, quando tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros que integram o tribunal ou órgão especial, poderá ser objeto de súmula regional ou estadual, servindo como súmula impeditiva de recurso especial ou extraordinário.

D) Ocorrendo relevante questão de direito, que faça conveniente prevenir ou compor divergência entre câmaras ou turmas do tribunal, poderá o relator propor seja o recurso julgado pelo órgão



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

colegiado que o regimento indicar; reconhecendo o interesse público na assunção de competência, esse órgão colegiado julgará o recurso.

E) Negada a divergência suscitada no incidente de uniformização, o processo será devolvido ao órgão suscitante, a fim de que prossiga normalmente no julgamento do feito.

QUESTÃO 88 – À luz da legislação vigente, analise as seguintes proposições:

I – A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, vale como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos, a requerimento do autor.

II – Condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada em julgado, só permite o uso de medidas coercitivas de forma a assegurar que o devedor cumpra, espontaneamente, a obrigação.

III – Denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário; mas essa eficácia não incide sobre a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença.

IV – Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas ao mesmo fato, ainda que se trate de relação jurídica continuativa e sobrevenha modificações no estado de fato ou de direito.

V – Uma das exceções ao reexame necessário, cuja inobservância autoriza a avocação dos autos pelo Presidente do Tribunal, ocorre se a sentença estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal ou em súmula deste Tribunal ou do tribunal superior competente.

Responda:

- A) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- B) Somente as proposições I e II estão incorretas.
- C) Somente as proposições III, IV e V estão corretas.
- D) Somente as proposições I, III e V estão incorretas.
- E) Somente as proposições III e V estão corretas.

QUESTÃO 89 – Em relação aos procedimentos cautelares, analise as seguintes proposições:

I – O arresto tem lugar quando o devedor, sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar obrigação no prazo estipulado.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

II – Para a concessão do arresto é essencial prova literal da dívida líquida e certa, a qual equipara-se à sentença que condena o devedor ao pagamento em dinheiro, desde que líquida e irrecurável.

III – A indicação da lide e de seu fundamento constitui requisito obrigatório da petição inicial da medida cautelar incidental, ao contrário da cautelar preparatória, que dispensa tal indicação.

IV – A sentença proferida em arresto, salvo quando houver decadência ou prescrição, não faz coisa julgada na ação principal.

V – O protesto judicial é cabível para todo aquele que pretende prevenir responsabilidade e não admite defesa ou contraprotesto nos autos; mas o requerido pode contraprotestar em processo distinto.

Responda:

- A) Somente as proposições I, II e V estão corretas.
- B) Somente as proposições I, IV e V estão corretas.
- C) Somente a proposição III está incorreta.
- D) Todas as proposições estão incorretas.
- E) Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO 90 – Em relação à liquidação e ao cumprimento das sentenças, à luz da legislação vigente, aponte a alternativa **CORRETA**.

- A) A sentença homologatória de conciliação ou de transação, desde que não inclua matéria que não foi posta em juízo, é considerada título executivo judicial.
- B) Constitui título executivo judicial a sentença estrangeira devidamente homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) As sentenças arbitral e a que reconhece a existência de obrigação de não fazer são consideradas títulos executivos judiciais.
- D) A execução provisória da sentença é possível, no que couber, por iniciativa do exequente ou *ex officio*, ante os princípios da economia e celeridade processuais, observando-se que não deverão ser ultrapassados os atos de constrição.
- E) Ante os dispositivos legais que permitem a execução provisória da sentença do mesmo modo da execução definitiva, é possível que aquela execução processe-se nos mesmos autos em que foi proferida a sentença impugnada, ainda que o recurso seja recebido no efeito meramente



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

devolutivo.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

QUESTÃO 91 – Acerca da Convenção sobre os Direitos da Criança, aponte a alternativa **CORRETA**.

I – Os Estados-partes assegurarão à criança que estiver capacitada e autorizada pelos pais ou responsáveis legais e, na falta destes, autorizada por decisão judicial, a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados à criança, levando-se em consideração essas opiniões, em função das suas idade e maturidade.

II – Com o fim de assegurar à criança formular seus próprios juízos e expressar livremente suas opiniões sobre todos os assuntos a ela relacionados, se proporcionará, em particular, a oportunidade de ser ouvida em todo processo judicial ou administrativo que a afete, quer diretamente, quer por intermédio de um representante ou órgão apropriado, em conformidade com as regras processuais da legislação nacional.

III – Os Estados-partes respeitarão o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de crença; porém, a liberdade de professar a própria religião ou as próprias crenças estará sujeita ao prudente critério dos pais ou responsáveis legais e às limitações prescritas pela lei e necessárias para proteger a segurança, a ordem, a moral, a saúde pública ou os direitos e liberdades fundamentais dos demais.

IV – Os Estados-partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas que, sem qualquer restrição, a não ser as estabelecidas em conformidade com a lei e que sejam necessárias numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou pública, da ordem pública, da proteção à saúde e à moral pública ou da proteção aos direitos e liberdades dos demais.

V – Os Estados-partes reconhecerão a todas as crianças o direito de usufruir da previdência social, inclusive do seguro social, e adotarão as medidas necessárias para lograr a plena consecução desse direito, em conformidade com sua legislação nacional.

Responda:

A) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.

B) Todas as proposições estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

- C) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- D) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- E) Somente as proposições IV e V estão incorretas.

QUESTÃO 92 – À luz da Constituição Federal, analise as seguintes proposições:

I – Compete ao Supremo Tribunal Federal declarar, em recurso ordinário, a inconstitucionalidade de tratado internacional.

II – Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal, quando a decisão recorrida contrariar tratado internacional ou negar-lhe vigência.

III – Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

IV – Compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, ficando, porém, sujeitos a referendo do Congresso Nacional; por sua vez, compete exclusivamente ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tais regramentos jurídicos (tratados, acordos ou atos internacionais), quando estes acarretarem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

V – Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Responda:

- A) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- B) Somente as proposições III, IV e V estão incorretas.
- C) Todas as proposições estão incorretas.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Somente as proposições I e II estão incorretas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 93 – Em relação aos princípios constitucionais da seguridade social, aponte a



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO**

PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)

alternativa **CORRETA**.

- A) O princípio da universalidade de cobertura prevê a participação equitativa de trabalhadores, empregadores e Poder Público no custeio da seguridade social.
- B) O princípio da anterioridade nonagesimal estipula que a definição do valor dos benefícios deve preservar a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços do sistema da seguridade social.
- C) A Constituição Federal veda a instituição de alíquotas e bases de cálculo diferenciadas para as contribuições devidas à seguridade social em razão do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
- D) É princípio constitucional específico o da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, sendo que o primeiro implica a escolha das necessidades que o sistema poderá proporcionar às pessoas e o segundo implica a necessidade da solidariedade para serem distribuídos recursos.
- E) A solidariedade é um princípio constitucional específico que prevê a necessidade de que primeiro exista a fonte de custeio para depois ser criado benefício ou serviço da seguridade social.

QUESTÃO 94 – Em relação aos institutos da prescrição e decadência relativas à contribuição da seguridade social, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- A) A decadência, entendida como extinção do direito pelo decurso do prazo fixado para seu exercício ante a inércia do titular, em tese, impede a autoridade fiscal de efetuar o lançamento das contribuições sociais devidas e não pagas pelo sujeito passivo.
- B) A prescrição, definida como a extinção do direito de ação em virtude da inércia de seu titular durante certo lapso de tempo, em tese, veda o ajuizamento da ação de cobrança do crédito tributário definitivamente constituído pelo lançamento.
- C) Prescrevem em 05 (cinco) anos as ações para haver prestações vencidas, restituições ou diferenças, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, salvo o direito dos menores, incapazes ou ausentes na forma do Código Civil.
- D) O direito de pleitear restituição ou de realizar compensação de contribuições ou de outras importâncias extingue-se em 05 (cinco) anos, contados da data do pagamento ou recolhimento indevido ou em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou do trânsito em julgado da sentença que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

E) O direito da Previdência Social para anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis a seus beneficiários prescreve em 05 (cinco) anos.

QUESTÃO 95 – A Previdência Social foi organizada sob a forma de regime geral. Segundo a legislação vigente que instituiu as regras deste regime, beneficia-se do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado, **EXCETO**:

- A) O seu pai com comprovada dependência econômica.
- B) O seu irmão inválido, que conta com 25 anos de idade, se comprovada dependência econômica.
- C) O enteado menor que não dependa economicamente do segurado.
- D) O companheiro que mantém união estável com o segurado.
- E) O seu irmão não emancipado menor de 21 anos com comprovada dependência econômica.

QUESTÃO 96 – O Regime Geral de Previdência Social compreende prestações devidas em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho. À luz da legislação vigente, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- A) Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause morte, perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
- B) Será considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.
- C) A empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador; devendo prestar informações pormenorizadas sobre os riscos da operação a executar e do produto a manipular.
- D) Considera-se acidente do trabalho a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação ministerial competente.
- E) Equipara-se ao acidente do trabalho aquele sofrido pelo segurado, fora do local e horário de trabalho, em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo, quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão de obra, em veículo de propriedade do segurado.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 97 – À luz da legislação vigente e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, analise as seguintes proposições:

I – A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

II – Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, não respondendo solidariamente pela integralização do capital social.

III – Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.

IV – Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro, observados os princípios da dupla qualidade e o da retribuição pessoal diferenciada.

V – Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

Responda:

- A) Todas as proposições estão corretas.
- B) Somente a proposição V está incorreta.
- C) Somente a proposição II está incorreta.
- D) Somente as proposições I e III estão incorretas.
- E) Somente as proposições III e IV estão incorretas.

QUESTÃO 98 – À luz da legislação vigente, analise as seguintes proposições:

I – O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

II – Invenção e o modelo de utilidade pertencem exclusivamente ao empregado quando decorrerem de contrato de trabalho. Pertencerá exclusivamente ao empregador a invenção ou o modelo de utilidade desenvolvido de forma desvinculada do contrato de trabalho.

III – O preposto, mediante autorização tácita ou expressa, poderá fazer-se substituir no desempenho da preposição.

IV – A transformação modificará os direitos dos credores, sujeitando-os aos requisitos do novo tipo empresarial.

V – A transferência de título ao portador se faz por simples tradição. O endosso deve ser lançado pelo endossante no verso ou anverso do próprio título, podendo o endossante designar o endossatário; para validade do endosso, dado no verso do título, é suficiente a simples assinatura do endossante.

Responda:

- A) Somente as proposições I III e V estão incorretas.
- B) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições II e III estão incorretas.
- D) Somente as proposições I e V estão corretas.
- E) Somente as proposições IV e V estão incorretas.

QUESTÃO 99 – Sobre os contratos comerciais, aponte a alternativa **CORRETA**.

A) Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, a transfere ao credor; com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o devedor possuidor direto da coisa.

B) O credor fiduciário que se tornar proprietário pleno do bem, por efeito de realização da garantia, mediante consolidação da propriedade, adjudicação, dação ou outra forma pela qual lhe tenha sido transmitida a propriedade plena, não responde pelo pagamento dos tributos sobre a propriedade e a posse, taxas, despesas condominiais e quaisquer outros encargos, tributários ou não, incidentes sobre o bem objeto da garantia, existentes até a data em que vier a ser imitado na posse direta do bem.

C) A denúncia do contrato de representação comercial, ajustado por tempo indeterminado, independentemente do prazo de duração, gera às partes a obrigação da concessão de pré-aviso



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO

**XL CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª
REGIÃO
PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

ou indenização substitutiva.

D) O contrato de representação comercial autônoma, verbal ou escrito, tratará, obrigatoriamente, da garantia ou não, parcial ou total, ou por certo prazo, da exclusividade de zona ou setor de zona em que será exercida a representação.

E) O representante comercial receberá as comissões apenas se a falta de pagamento resultar de insolvência do comprador; já se o negócio vier a ser desfeito pelo comprador ou for sustada a entrega de mercadorias devido à situação comercial do comprador, capaz de comprometer ou tornar duvidosa a liquidação, nenhuma retribuição será devida.

QUESTÃO 100 – Sobre as sociedades anônimas, aponte a alternativa **INCORRETA**.

A) O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder: I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo; II - com violação da lei ou do estatuto.

B) Os administradores são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, ainda que, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos eles.

C) A responsabilidade dos membros do conselho fiscal por omissão no cumprimento de seus deveres é solidária, mas dela se exime o membro dissidente que fizer consignar sua divergência em ata da reunião do órgão e a comunicar aos órgãos da administração e à assembleia geral.

D) A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

E) A constituição da sociedade de economia mista depende de prévia autorização legislativa, contudo, sempre que pessoa jurídica de direito público adquirir, por desapropriação, o controle de companhia em funcionamento, os acionistas não terão direito de pedir o reembolso das suas ações, principalmente, se a companhia já se achava sob o controle, direto ou indireto, de outra pessoa jurídica de direito público, ou no caso de concessionária de serviço público.